

Tempo, vida, poesia: considerações de Carlos Drummond de Andrade sobre a Revolução de 1930

Thadeu Togneri Moreira¹

A discussão sobre a cultura brasileira engendra um legado entre os escritores nacionais, revelando uma particularidade sucessiva, que outorga demarcar o trajeto de um “itinerário intelectual coletivo”, especialmente em relação a um procedimento frequente de interpretação da identidade cultural nacional. Nesse ínterim, sobressai a função peculiar do escritor brasileiro enquanto mediador essencial na vinculação entre “grupos criadores e grupos receptores de produção cultural” (CANDIDO, 1980, p. 83-84) nas comunidades modernas, particularmente em relação à difusão da cultura da sociedade europeia, ao exame dos credos iluministas.

Influenciados pelas ideologias utópicas que irrompem na conjuntura política mundial das primeiras décadas do século XX, é possível identificar, na conduta dos intelectuais brasileiros, certo senso de missão em seu afastamento dos demais atores sociais, evidenciando uma “não-identificação com a sociedade tal como essa se apresenta, o que pode traduzir-se por uma rejeição do *status quo* e constituir a fonte do desejo de transformar tal sociedade” (MARTINS, 1987, p. 65), aspecto que os aproxima bastante das complexidades incursas no estudo da *intelligentsia* russa e polonesa do século XIX.

Mesmo não possuindo “um projeto de sociedade nem a teoria de uma sociedade que seria produzida por um sujeito histórico em formação” (MARTINS, 1987, p. 66), os anseios de renovação social da “*intelligentsia* brasileira”, no momento de sua constituição, são a educação popular pela instrução pública, a reforma do ensino e a estruturação de seu espaço cultural por meio de universidades e instituições modernas, o comprometimento com a renovação e a pesquisa acadêmicas.

Em contrapartida, a profissionalização do trabalho de escrita – requisitada pela “Ideologia de Estado”, emergente nos anos 30 – delimita a participação dos intelectuais no âmbito de um projeto político-pedagógico dedicado à alfabetização das camadas populares, bem como à popularização e difusão ideológica do regime de Getúlio Vargas. O enfoque no vínculo dos intelectuais com esse projeto evidencia as relações entre propaganda política e educação no Estado Novo (1937-1945) (VELLOSO, 1987, p. 6). Destaca-se, nesse contexto, uma cooptação complexa dos intelectuais no referido projeto, visando à articulação entre o Ministério da Educação e Saúde e o controle das comunicações pelo Departamento de

¹ Doutor em Literatura Comparada (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ).

Imprensa e Propaganda, bem como a consolidação de políticas públicas para educação e saúde centralizadas, amparando a construção ideológica de um Estado Nacional Autoritário.

A Primeira Geração de Modernistas atuou como “a mediadora da transição que se iniciara nos anos 1920 e se completava nos anos 1940” (GOMES, 1996, p. 139). Esses escritores moldaram-se bem ao pragmatismo da tarefa, “tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo” (GOMES, 1996, p. 139). Contudo, tal panorama evidencia a maneira como o projeto político e ideológico de uma “revolução conservadora”, no legado varguista, apropria-se da revolução cultural proposta pela Vanguarda Modernista, “estabelecendo com ele uma relação de continuidade em que o movimento acaba aparecendo como um prenúncio do Estado Novo” (VELLOSO, 1987, p. 44).

Os intelectuais modernistas, ao refletirem sobre sua participação social no decênio de 1930, evidenciam em que medida a renovação dos meios expressivos promovida por eles se insere tanto no âmbito do Governo Provisório e do Estado Novo, como no contexto geral de sua época. Assim, considerando o contexto dessas relações históricas, bem como a diversidade de textos epistolares, literários e da própria conferência “O movimento modernista” (1972), de Mário de Andrade, que dramatizam certa insatisfação com as relações socioculturais desenvolvidas entre a inteligência modernista e a modernização cultural da Era Vargas.

Nesse sentido, pode-se identificar uma problematização desses aspectos culturais e políticos, sob diferentes nuances, nos relatos contínuos de Carlos Drummond de Andrade que tratam de sua atuação enquanto escritor e funcionário público, principalmente pela elaboração de sua trajetória de vida enquanto recordações e vestígios autobiográficos transfigurados em poemas, crônicas, depoimentos, diários, ensaios e inquéritos sobre a literatura nacional, na prosa datada a partir da década de 1940.

Dado o elevado grau de tensão social do contexto em questão, especialmente no que se refere aos estudos e reflexões sobre a realidade nacional, Drummond relata com certa frequência, tanto as críticas literárias, quanto os questionamentos incessantes sobre sua competência como funcionário público, intelectual e escritor, principalmente após a “escandalosa” publicação do poema “No meio do caminho” pela “Revista de Antropofagia”, em 1928.

Um exemplo dessas críticas, que, mesmo implicitamente, apresenta um imbricamento entre a dimensão literária e as articulações políticas do escritor mineiro, encontra-se no

vaticínio de um certo “Haroldo”, veiculado pela “Folha da Noite”, em 26 de junho de 1930, onde afirma: “Carlos Drummond de Andrade é um poeta feliz. Porque seu livro de versos não pode ser lido pelos burgueses. Só pelas elites, que não se assustam quando encontram uma pedra no caminho” (HAROLDO 1967 *Apud* ANDRADE, 1967, p. 54). Aqui, verifica-se uma crítica direta que reclama a fatura da participação dos representantes oligárquicos mineiros no movimento liderado por Getúlio Vargas. Além disso, apesar dessa crítica rasa, o questionamento sobre a legitimidade do movimento de 30 se somava a vários outros, mais densos, de personalidades do contexto, como o do jurista e filósofo Miguel Reale, o do político e escritor José Américo de Almeida, bem como o do escritor e historiador Paulo Prado, que em seu livro *Retrato do Brasil* (1932) também questionou a “natureza revolucionária” da Revolução de 1930, caracterizando-a como “golpe de estado” e argumentando que Getúlio Vargas tinha ambições autoritárias.

Apesar da previsibilidade dessas últimas críticas, principalmente por serem partidários da causa paulista – “vencida” pela Revolução –, essas discussões iniciais em torno da compreensão do “movimento revolucionário” enquanto golpe de estado são sintomáticas de uma polêmica ainda atual, que ganhou contornos mais fundamentados a partir da década de 1960 por meio do trabalho de historiadores como Hélio Silva, no livro *1930: o silêncio dos Vencidos* (1990), bem como no trabalho de Bóris Fausto em *A Revolução de 1930: Historiografia e História* (1980).

Os dois autores demonstram que a interpretação do evento como um golpe de Estado é viável à luz dos acontecimentos subsequentes e da forma como o poder foi consolidado por Getúlio Vargas. Sendo assim, mesmo que não tenha recebido críticas diretas de intelectuais expressivos do seu contexto imediato, como Miguel Reale, José Américo de Almeida e Paulo Prado, a discussão em torno do entendimento da “Revolução de 1930” enquanto golpe de Estado também é uma importante chave de reflexão para compreender, em certa medida, as justificativas de Drummond acerca de sua atitude de intelectual juntamente com suas motivações filosóficas e políticas, como em um movimento exaustivo de fundamentar suas convicções intelectuais acima de suas atitudes práticas em meio à organização social oligárquica que se reconfiguraria após 1930.

Cabe destacar também que um dos primeiros escritos de Carlos Drummond de Andrade, que descreve a Revolução de 30 com riqueza de detalhes, seria incorporado à obra *Alguma Poesia* na edição de 1942 por meio do poema “Outubro em 1930”, texto composto de estrofes e parágrafos narrativos que possuem uma forte intertextualidade com os relatos autobiográficos do escritor mineiro acerca de sua atuação enquanto auxiliar de gabinete, que

assistiu de perto ao acontecimento histórico que teve os seguintes desdobramentos: a mediação e a entrega do poder a Vargas; a promoção de Drummond a oficial de gabinete do interventor Gustavo Capanema, que pouco depois ocuparia o Ministério da Educação e Saúde; a participação de ambos no projeto varguista visando enfraquecer as forças políticas oligárquicas tradicionais em Minas Gerais por meio da “Legião de Outubro”.

Considerando a abordagem de tais fatos, embora ainda pouco estudada, *Tempo, Vida, Poesia* (1987) é a reunião de oito entrevistas entre Drummond e a jornalista Lya Cavalcanti que foram ao ar em oito domingos de 1954, no programa de rádio “Quase memórias” e que depois foram publicadas no “Jornal do Brasil”. A narrativa que comporia o texto final do livro em 1986 permite identificar a composição de um perfil autobiográfico, em que a atuação de Carlos Drummond de Andrade enquanto funcionário público constitui um mote estereotípico fundamental na elaboração da trajetória do escritor. Ademais, o “perfil identificável” desse processo constitui uma “identidade narrativa”, cuja “dimensão actancial” delineia uma trajetória desdobrada sobre um percurso de vida “possível ou desejável”, sujeito a redescritção e “configurando uma coerência que frequentemente apela para a justificação” do relato ou da existência como devir (ARFUCH, 2010, p. 191).

Dessa maneira, ao explicitar seu compromisso com a memória coletiva em *Tempo, Vida, Poesia* (1987), Drummond deixa implícito seu processo de representação, suas estratégias discursivas e o processo ontológico de construção da memória, em que predomina o relato de si não como protagonista ou coadjuvante, mas como mero personagem secundário ou figurante diante do quadro de importantíssimos cenários históricos da política nacional, como a Revolução de 1930 e o Estado Novo, como é possível constatar no fragmento da obra transcrito abaixo:

- Em 1930, meu trabalho na Secretaria do Interior de Minas me pôs no meio de pessoas que faziam uma revolução. O Secretário, Cristiano Machado, era também comandante da Força Pública de Minas. [...] Veio do Rio a missão de oficiais incumbida de informar Cristiano Machado sobre as circunstâncias da deposição de Presidente Washington Luís e, naturalmente, sondar a atitude mineira diante do fato consumado. Minas Gerais se conformaria com a entrega do Poder a militares que não haviam participado da ação revolucionária e que agiam como “pacificadores”? Lembro-me da chegada do pequeno grupo ao Grande Hotel, onde estávamos hospedados. Era noite, e Cristiano Machado, exausto, dormia com a porta cerrada. Fui acordá-lo, e a custo consegui que ele entrecerrasse os olhos: “Dr. Cristiano, os representantes da Junta Militar querem falar com o senhor.” Ele, ainda enevado de sono, perguntou: “Que junta?” Esquecera o que sabia ao adormecer, vencido pelo cansaço de uma vigília que durava há mais de três semanas. E eram novos os aborrecimentos que o esperavam: escutar os militares, comunicar-se pelo rádio com o Presidente Olegário Maciel, em Belo Horizonte. Senti pena dele. Era o vitorioso e parecia derrotado (ANDRADE, 1987, p. 117).

No fragmento do *corpus* desta pesquisa acima citado, é possível identificar a descrição da Revolução de 1930 em Minas Gerais, juntamente com muitas das tensões e incertezas decorrentes do referido contexto histórico. Os fatos ocorridos são narrados de forma peculiar a partir da perspectiva de Carlos Drummond, que aos poucos vai revelando seus elos profissionais com alguns dos principais articuladores do movimento em 1930, sem comprometer-se como militante dos interesses partidários ou políticos de seu estado, reiterando sua presença na situação como mera casualidade através da passividade de uma voz que responsabiliza seu trabalho por lhe conduzir em meio aos que “faziam uma revolução”. É justamente por essa característica que a obra em tela revela a exclusividade de seus depoimentos, principalmente considerando que as entrevistas autobiográficas consolidadas sob o formato de livro frequentemente se configuram como “uma espécie de antecipação aos possíveis relatos dos outros, uma disputa da voz, em resistência a toda expropriação futura” (ARFUCH, 2010, p. 193). Assim, os depoimentos sobre a “Revolução de 1930”, veiculados em *Tempo, Vida, Poesia* (1987) por meio de um perfil do narrador reelaborado por ele mesmo, constituem o “retrato” mais definitivo desse contexto vivenciado por Carlos Drummond de Andrade, em que o autor se revela como personagem “insignificante” diante dos grandes acontecimentos históricos que vivencia.

Tal momento pode ser compreendido como ápice de uma instabilidade institucional deflagrada desde quando Washington Luís anunciara, em maio de 1928, suas pretensões de indicar a candidatura de Júlio Prestes às eleições de 1930, principalmente, considerando também: a efetiva cisão da “política dos governadores” por Washington Luís, quando este registra o lançamento da candidatura do deputado paulista em 1929; as fragmentações decorrentes da referida cisão dentro do próprio PRM (Partido Republicano Mineiro); bem como a precariedade das articulações entre Getúlio Vargas tanto com os representantes oligárquicos paulistas, como os de Minas.

Com os paulistas, por meio do acordo de “Paim Filho” (em dezembro de 1928), que não foi cumprido, estabeleceu-se que: para o caso de uma candidatura do governante gaúcho à presidência, o candidato Getúlio Vargas não sairia do seu estado para divulgação da sua campanha e sequer para ler sua plataforma; que se conformaria com o resultado das urnas, considerando findo o dissídio oligárquico e apoiando o governo constituído, que, se eleito o “Presidente Gaúcho”, os políticos paulistas não combateriam sua candidatura, visto que “[...] o Dr. Getúlio Vargas assumirá para com São Paulo compromisso idêntico ao proposto aos Srs. Washington Luís e Júlio Prestes, em relação ao Rio Grande” (FAUSTO, 1980, p. 236).

Já com os mineiros, por meio do “Pacto do Hotel Glória” em junho de 1929, estabeleceu-se que ambos os estados sustentariam a candidatura de um mineiro que fosse oficializada por Washington Luís. Todavia, caso o Presidente da República propusesse um candidato de qualquer outro estado, Minas rejeitaria e apoiaria a indicação de um gaúcho (Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas), objetivando sobretudo renegar a indicação de Júlio Prestes (MALIN, s/d). Quando Washington Luís oficializou a candidatura de Júlio Prestes em junho de 1929, Antônio Carlos consolidou os últimos acertos que culminaram na eclosão da plataforma da Aliança Liberal, projetando o candidato Getúlio Vargas e João Pessoa como vice dessa chapa oposicionista, que representava uma “arma moderada de pressão” (FAUSTO, 1980, p. 235).

Após a derrota da Aliança Liberal, gerações distintas de líderes civis regionais inconformados com o resultado das urnas, como os mineiros Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos e também os rio-grandenses João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha. Todos foram os principais articuladores da Revolução de 1930 junto a dissidentes do tenentismo, como Juarez Távora, Siqueira Campos, entre outros (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 356).

Em março de 1930, os jovens articuladores civis do levante revolucionário efetivaram contatos mais significativos com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Eptácio Pessoa e Getúlio Vargas, visando aos primeiros acertos da mobilização em conjunto com os tenentes simpatizantes do movimento armado. Apesar dos esforços de Francisco Campos e Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos hesitava ao ser informado que o movimento revolucionário seria deflagrado em 16 de julho, considerando precipitada a data escolhida pelos gaúchos. Antônio Carlos buscou também atribuir a decisão final sobre a efetiva participação de Minas no movimento revolucionário a Artur Bernardes e Olegário Maciel, eleito para a sucessão da presidência do estado.

Dessa forma, mesmo após o assassinato de João Pessoa, que fora o estopim para a deflagração do movimento revolucionário, não havia um consenso claro entre os líderes oligárquicos mineiros sobre o apoio incondicional a Vargas e isso explica, em certa medida, a resistência do XII Regimento de Cavalaria de Belo Horizonte, que até então cumprira seu pragmático dever em uma tentativa de manutenção da ordem legalista.

Ademais, o empenho em desarticular as oligarquias tradicionais, constituía também o cerne do programa reformista dos revolucionários, exemplificando o precário elo que possibilitou a aliança temporária entre “as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista” (FAUSTO, 1980, p. 243). Sendo assim, a entrega

do poder a Getúlio Vargas solucionava parte das complexidades implicadas na centralização do poder federal, uma vez que alguns integrantes do PRM buscavam restaurar a antiga ordem da política dos governadores convocando novas eleições, enquanto os jovens protagonistas civis da revolução, assim como os tenentes, visavam justamente a dissolução dos partidos republicanos e a superação da ordem federativa descentralizada (SOUZA, 1980, p. 226).

Por conseguinte, quando Washington Luís fora finalmente deposto, por uma Junta Governativa Provisória de generais desvinculada dos revolucionários a fim de evitar a intensificação da violência na capital federal, chega o momento crucial em que a Paraíba e, principalmente, Minas deviam manifestar abertamente seu questionamento à referida junta, com propósitos ainda indefinidos, reiterando em coro com o Rio Grande que os conflitos cessariam apenas com a entrega do poder a Getúlio Vargas.

Sendo assim, é a partir do relato desse contexto decisivo que Carlos Drummond de Andrade elabora uma perspectiva humanista dos personagens que acompanhou bem de perto, sem qualquer peso de julgamento histórico ou sem apontar responsabilidades diretas, destacando também a atuação dos mesmos como casualidades dentro de um acontecimento histórico como se esse pudesse ocorrer com ou sem a participação de Minas, dramatizando a angústia de seus conterrâneos até o momento em que a Junta Militar cederia às exigências dos revolucionários e enviaria seus representantes aos estados para negociação da nova ordem. A fim de evidenciar a narrativa de Drummond acerca dos desdobramentos desse cenário, lê-se na obra em tela:

- Mas a alegria reinava certamente no Estado-Maior.
- Demais. A Revolução era uma aventura e dera certo. Naquele momento tudo era bom, e bom para sempre. Como no verso do Vinícius: “infinito enquanto dure”. É certo que eu não me embebedava de vitória e de ilusões políticas, mesmo porque nessas horas a gente desliga a consciência e fica meio abobado de alegria. Analisar a situação, criticá-la, formular juízo seguro, impossível. Sim, havia alegria. Alegria de ver findarem coisas absurdas em que todos nós, grandes e pequenos, acabáramos envolvidos: a guerra interna, a suspensão de todo ato comum, a substituição por uma atitude prática e violenta de engajamento, que não excluía o medo... O medo de perder, e até mesmo de ganhar, que implicava tamanhas responsabilidades.
- E você não era importante, não respondia pela revolução. Se ela fosse esmagada, ninguém o perseguiria.
- Acho que eu é que haveria de me perseguir. No fundo, sentia-me responsável como se fosse promotor ou agente da revolução, na insignificância do meu trabalho burocrático junto ao Comando Geral. Durante a campanha contra o XII Regimento de Cavalaria, em Belo Horizonte, sob a fuzilaria intermitente e insistente, que durou dias e noites angustiosos, eu não tinha incumbência grave a executar; apenas a redação de telegramas explosivos contando vitórias, e esboços de comunicados, igualmente cheios de brio e segurança (ANDRADE, p. 118, 1987).

Considerando os acontecimentos históricos como pano de fundo do referido relato de Drummond sobre a Revolução de 1930, podemos entender a complexidade de suas justificativas de atuação em seu contexto imediato, principalmente analisando a trajetória do escritor que iniciara, na década de 1920, uma participação ativa enquanto jornalista, cronista e correspondente literário do “Diário de Minas”.

Em *Tempo, Vida, Poesia* (1987), ao tratar de sua trajetória de escritor na relação entre vida e obra, Drummond nos apresenta o contexto dos anos 20 como período decisivo de sua carreira profissional por meio das amizades que cultivara junto a Afonso Arinos de Melo Franco, Emílio Moura e Gustavo Capanema, além de outros que congregaram-se a esses pelo itinerário comum dos gostos literários que circulavam na capital mineira, entre os quais figuram Abgar Renault, Alberto Campos, Aníbal Machado, Gabriel Passos, Guilhermino César, Milton Campos, Pedro Nava, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tal grupo destacava-se sobretudo por refletir, por meio de suas leituras, os fatos “[...] armazenados na memória política de Minas, falas, discursos, depoimentos, articulações políticas e avaliações sobre as possibilidades da região frente à sociedade brasileira” (BOMENY, 1994, p.16.)

A despeito de todo o potencial de atuação política herdado “de berço” por esses intelectuais, em *Tempo, Vida, Poesia* (1987) Drummond destaca a “amizade” como a chave que abriria as portas de sua atuação nos jornais financiados pelo Partido Republicano Mineiro. Por meio de Alberto Campos, arranjava junto ao irmão Francisco Campos a função de redator do “Diário de Minas”, e de Rodrigo de Melo Franco, que solicitara também a Francisco Campos – então secretário de interior do governador Antônio Carlos entre 1926 e 1930 –, o cargo de redator no “Minas Gerais”, órgão oficial do estado em um período em que o governo e o partido eram considerados “uma coisa só”.

Além disso, foi por meio das articulações que desenvolvia com os mineiros desde 1929 que Getúlio Vargas, por indicação de Francisco Campos, nomeia Gustavo Capanema como Secretário de Interior de Minas em substituição a Cristiano Machado – de quem Drummond era chefe de gabinete –, enquanto Olegário Maciel foi nomeado como interventor de Minas, especialmente, em função da sua disposição em colaborar com a desarticulação do PRM.

É nesse contexto pós-revolução que Drummond, em *Tempo, Vida, Poesia* (1987), evocaria também a “amizade”, dessa vez com Gustavo Capanema, para justificar a continuidade de seu trabalho, agora como funcionário de uma facção estadual aliada ao regime provisório varguista. Durante o Estado Novo, em raros depoimentos, como em uma correspondência a Capanema, Drummond utilizaria esse mesmo discurso quando indagado acerca de sua atuação junto a Capanema no Ministério da Educação (BOMENY, 2001, p. 31).

Em suma, é com a perspectiva de um desiludido que o entrevistado nos anos 50 refere-se à revolução de 1930 como uma “aventura”, ou como “ilusão política” da qual confessa explicitamente não ter se embebedado, mas implicitamente se nutria.

No que se refere ao exame crítico da própria vida pelo escritor por meio das entrevistas, *Tempo, Vida, Poesia* (1987) também delineia um discurso em uma “certa modalidade próxima do tribunal, em que o entrevistado parece submetido a julgamento público, obrigado a dar detalhes, datas, esclarecimentos” (ARFUCH, 2010, p. 180). Assim, na conclusão da obra, como se estivesse diante de um “tribunal da história”, o indivíduo mostra-se como um “misantropo” e com um imenso pesar por alguns de seus atos transfigurados no pessimismo de sua prosa e verso. Apesar disso, o apelo no discurso do narrador evidencia traços de um incômodo particular. Não busca alcançar a redenção, mas apenas expressar a escusa da alma pela participação em fatos históricos dos quais o próprio “eu” não se perdoa, embora confesse e amplie a compreensão de uma voz coletiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Tempo, vida, poesia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. **Alguma poesia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: _____. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, 1972, p. 231-255.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BOMENY, Helena. A mineiridade dos modernistas. **Guardiões da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. *In.*: MOTA, Carlos Guilherme et al. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 236.

_____. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HAROLDO. Nota do dia. Folha da Noite, Belo Horizonte, 26 jun. 1930. *Apud.*: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Uma pedra no meio do caminho**: biografia de um poema. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. *In.*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 4, v. 2, jun. 1987, p. 65-67.

MALIN, Mauro. Francisco Luis da Silva Campos - Verbete. *In.*: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. FGV/CPDOC, s/d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos>>. Acesso em: 29 set. 2023.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno. **Brasil**: uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Hélio. **1930**: O Silêncio dos Vencidos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República.
In.: MOTA, Carlos Guilherme et al. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p.
185 - 186.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.